

A imagem do Congresso

Eduardo Brito

O Congresso ganhou a mais importante das batalhas que se travavam em torno da questão do afastamento do presidente Fernando Collor: a batalha da opinião pública. Embora ainda não se tenha pesquisas para medir o efeito dos últimos acontecimentos sobre a imagem das instituições, inequivocamente a imagem do Legislativo melhorou entre a população.

As eleições de 1990 mostraram como se havia desgastado a figura do parlamentar. Não apenas os votos nulos e brancos bateram todos os recordes como também o índice de recondução dos congressistas surpreendeu. Apenas três das 31 cadeiras de senador em jogo couberam aos que concorriam à reeleição. Na Câmara, a renovação atingiu 67 por cento das vagas. Quando começava a fortalecer-se o movimento do impeachment, o senador Ney Maranhão advertia os colegas para o fato de que, se os índices de popularidade do Presidente estavam baixos, os dos políticos mostravam-se ainda piores.

Entretanto, foi justamente com o episódio do impeachment que o Congresso deu a volta por cima. Antes de mais nada mostrou, o que aliás é a função dos políticos, sensibilidade para com o sentimento das ruas, capitalizando-o e, até, colocando-se em sua vanguarda. Ao agir assim, os parlamentares despartidarizaram o movimento anti-Collor e transformaram o Legislativo no principal foro das discussões, atuando como ponta-de-lança desse sentimento e não como sua retaguarda.

Nesse sentido pesou, antes de mais nada, a competência das lideranças partidárias. De um lado, fora do Congresso mas principalmente dentro dele, estavam quase todos os principais pesos pesados da política. Do outro, uma espécie de Exército Brancalone, com soldados desmotivados ou constrangidos. Tudo isso desequilibrou a balança.

Competência especial foi demonstrada pe-

los presidentes das duas Casas, deputado Ibsen Pinheiro e senador Mauro Benevides. Jornalistas pouco familiarizados com Brasília mostravam-se espantadíssimos com o que viam. Em vez do Congresso frequentemente apontado como ineficiente, desleixado ou permissivo, percebiam uma instituição capaz de atravessar com serenidade uma fase tormentosa, encaminhando de forma vigorosa e precisa a solução que o País reclamava. "Tudo funcionava perfeitamente", surpreendia-se um âncora de tevê que habitualmente trata com desdém o Legislativo.

O processo tramitou com rapidez, mas dentro do estrito cumprimento das normas em vigor, conforme constatou o próprio Supremo Tribunal Federal. Mais que tudo, porém, o que se viu foi competência política: Ibsen Pinheiro e Mauro Benevides conduziram o processo sem cometer um erro sequer. Chegaram onde queriam e onde a Nação queria.

Isso foi devidamente percebido, inclusive no exterior. Agora, a questão é manter esse pique. O Congresso mostrou ao País que os constituintes de 1988 estavam corretos ao lhe conferir novos poderes, como mostrou também que tem como exercê-los de maneira eficiente. Tal eficiência não pode manifestar-se apenas em situações de crise: o Legislativo não deve conviver com a idéia de que, se vai bem quando quer, no restante do tempo funciona a meia força.

É verdade que muitos dos projetos hoje adormecidos em gavetas lá estão porque inexistente vontade política de tocá-los, e não por inoperância. Mas é verdade também que outras propostas, importantes para o País, empacam porque o regimento e a burocracia facilitam sua obstrução. A expressão utilizada com maior frequência para explicar semelhante paralisia é a "falta de amadurecimento" desses projetos. Aí está a saída para o Congresso manter a boa imagem da opinião pública. Basta que se encontrem fórmulas para que, lá, as coisas amadureçam mais rápido.